

2

Os capitais econômico, social e cultural à luz de Bourdieu e Coleman

No transcorrer da primeira metade do século XX, a visão predominante atribuía à escolarização papel central na construção de uma nova sociedade, justa, moderna, aberta e democrática, na qual a escola pública e gratuita garantiria o acesso à educação, e, conseqüentemente, à igualdade de oportunidades. Para esta visão, os

indivíduos competiriam dentro do sistema de ensino, em condições iguais, e aqueles que se destacassem por seus dons individuais seriam levados, por uma questão de justiça, a avançar em suas carreiras escolares e, posteriormente, a ocupar as posições superiores na hierarquia social (Nogueira e Nogueira, 2002, p.16).

Foi, entretanto, no contexto da democratização do acesso à escola fundamental, e do prolongamento da escolaridade obrigatória, que se tornou evidente o problema das desigualdades de escolarização entre os grupos sociais. O otimismo marcante do período anterior foi substituído por uma postura de cunho mais pessimista embasada pela divulgação de uma série de *surveys* educacionais que mostravam a influência da origem social nos resultados escolares, ou seja, a forte relação existente entre desempenho escolar e origem social. Entre estas pesquisas, o Relatório Coleman (1966) constitui um marco na ruptura com a visão otimista de construção de uma sociedade igualitária por meio da educação para todos. Este estudo, encomendado pelo *Act of Civil Rights* de 1964, foi inovador por uma série de razões. Primeiramente, reuniu informações de mais de meio milhão de estudantes, contendo dados não somente dos alunos e de suas escolas, como também do desempenho escolar de cada um. Em segundo lugar, abordou a relação entre insumos escolares e o desempenho dos estudantes¹. Finalmente, deu origem a um extenso debate sobre a melhor maneira de se estimar as funções de produção educacional.

Além disso, as inúmeras frustrações com o caráter autoritário e elitista do sistema educacional, e com o baixo retorno econômico e social obtido por diplomas de determinados cursos, tornaram “*imperativo reconhecer que o desempenho escolar não dependia, tão simplesmente, dos dons individuais, mas da origem*

¹ Essa perspectiva da análise escolar se constituiu no aspecto mais importante do estudo desse autor.

social dos alunos (classe, etnia, sexo, local de moradia, entre outros)” (Nogueira e Nogueira, op. cit., p.16).

Em particular, os estudos de Bourdieu acentuaram essa dimensão em que a origem social dos alunos se constitui em desigualdades escolares e, mais ainda, em que as desigualdades escolares reproduzem o sistema objetivo de posições e de dominação.

Bourdieu e Coleman introduziram o conceito de capital na análise social para referir-se não apenas à sua forma econômica, mas também à sua forma cultural e social. O termo da área econômica “*capital*” foi utilizado por estes sociólogos no estudo das desigualdades escolares, como metáfora para falar das vantagens culturais e sociais que indivíduos ou famílias possuem e, via de regra, os conduzem a um nível socioeconômico mais elevado.

A problemática que leva Bourdieu e Coleman a uma concepção ampliada do conceito de capital repousa, fundamentalmente, sobre evidências empíricas que apontam as limitações do conceito de capital econômico para explicar plenamente a ligação entre nível socioeconômico e bons resultados educacionais, o que os faz considerar que outras formas de capital, tais como o capital social e cultural, contribuem diretamente e interagem com o capital econômico para fortalecer esta relação.

Nas próximas seções, desenvolvemos os pontos que parecem mais pertinentes para a compreensão dos conceitos de capital econômico, social e cultural de Bourdieu e Coleman. Poderíamos abordar as concepções destes sociólogos separadamente, uma vez que desenvolvem o conceito de capital em bases teóricas distintas, mas nossa opção foi por tratá-las em uma perspectiva que enfatiza as comunicações e diferenças entre estes dois autores.

2.1 Capital econômico

Bourdieu (1989) vê o espaço social como um campo de lutas no qual os atores (indivíduos e grupos) elaboram estratégias que permitem manter ou melhorar sua posição social. Estas estratégias estão relacionadas com os diferentes tipos de capital.

O capital econômico, sob a forma dos diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e do conjunto de bens econômicos (dinheiro, patrimônio, bens

materiais) é acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico e de outras relacionadas a investimentos culturais e à obtenção ou manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente úteis, a curto e longo prazo.

Para esse sociólogo, a educação escolar, uma das formas do capital cultural, é um recurso tão útil como o capital econômico na determinação e reprodução das posições sociais. A distribuição desigual das diferentes formas de capital justifica as diferenças de estratégias adotadas por cada indivíduo, no sentido de explicar como os diferentes agentes apreendem, por exemplo, as situações escolares e se acomodam a elas, ou como eles são excluídos do sistema educacional. Bourdieu, principalmente nas pesquisas conduzidas em conjunto com Passeron (1964; 1970), desvenda a seleção escolar que elimina e marginaliza os alunos oriundos das classes populares, enquanto privilegia os alunos mais dotados de capital cultural e social, contribuindo, assim, para a reprodução, de geração em geração, dos capitais econômico, cultural e social acumulados. Esta teoria contraria a convicção, até então amplamente aceita, de que existe igualdade de chances no sistema educacional.

Por sua vez, Coleman (1988) define o capital econômico tanto como renda e riqueza material como em termos dos bens e serviços a que ele dá acesso. Este autor vê o capital econômico como uma parte importante da relação que une o *background* familiar às diferentes posições socioeconômicas. Portanto, considera este tipo de capital como um dos fatores relacionados ao contexto familiar que influencia o desenvolvimento da criança. Neste sentido, é plausível esperar que famílias que têm capital econômico elevado proporcionem a seus filhos acesso a excelentes instituições de ensino, a aparatos variados e de alta qualidade e a viagens de estudo; além de cuidados cotidianos como a presença permanente de um dos pais durante os anos de formação/escolarização básica e média dos filhos e a garantia de um local apropriado para estudar.

Em síntese, a definição de capital econômico, utilizada por Coleman, é basicamente idêntica àquela utilizada por Bourdieu, ainda que o sociólogo francês enfatize os conflitos e a competição dos indivíduos e grupos por posições nos diferentes campos sociais. No entanto, a articulação entre esta e as outras formas de capital é distinta nestes dois autores. Isto será mostrado mais adiante.

2.2 Capital Social

Na década de 1980, os sociólogos Bourdieu e Coleman transformaram o capital social em um tópico específico de estudo para tentar entender como indivíduos inseridos em uma rede de relações sociais estável podem se beneficiar de sua posição ou gerar externalidades positivas para seus membros.

Em particular, o papel das famílias na construção do capital social tem sido abordado pela literatura sob dois ângulos. O primeiro examina a construção do capital social no interior das redes familiares e a importância disto para o desenvolvimento escolar e cognitivo dos filhos. O segundo ângulo focaliza o papel das famílias na construção de capital social extrafamiliar, ou seja, em redes fora do lar e no interior de contextos econômicos, estatais e/ou comunitários, formais e informais. Este último enfoque é dominante na literatura atual sobre capital social.

2.2.1 Capital social em Bourdieu

Na concepção de capital social sustentada por Bourdieu (1980)² destacam-se três aspectos, a saber: os elementos constitutivos; os benefícios obtidos pelos indivíduos mediante sua participação em grupos ou redes sociais e as formas de reprodução deste tipo de capital. Os dois elementos que constituem o capital social são as redes de relações sociais, que permitem aos indivíduos ter acesso aos recursos dos membros do grupo ou da rede, e a quantidade e a qualidade de recursos do grupo.

Em relação ao primeiro elemento, Bourdieu (Ibid., p.67) define o capital social como a agregação de recursos atuais ou potenciais que têm ligação estreita com uma rede durável de relações institucionalizadas de reconhecimento e de inter-reconhecimento mútuo. As relações estabelecidas entre os indivíduos pertencentes a um determinado grupo não advêm apenas do compartilhamento de relações objeti-

² O trabalho de BOURDIEU, P. “Le capital social: notes provisoires” foi originalmente publicado na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31:2-3, 1980. Aqui está sendo usado: BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) *Escritos de Educação*, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001, pp.67-69.

vas ou do mesmo espaço econômico e social, mas se fundem, também, nas trocas materiais e simbólicos, cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade. São estas redes sociais (família, clube, escola, etc.) as que dão ao indivíduo o sentimento de pertencimento a um determinado grupo.

O segundo elemento diz respeito à quantidade e à qualidade de recursos do grupo. De acordo com o autor em questão, o volume de capital social de um agente individual depende tanto da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar como do volume das diferentes formas de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é propriedade exclusiva de cada um dos agentes a quem o indivíduo está ligado.

Embora o capital econômico seja a fonte de todas as outras formas de capital, e embora seja diferenciado o custo de conversão dos diferentes tipos de capital em capital econômico, Bourdieu deixa claro que o capital social tende a ser transformado em capital econômico ou mesmo em capital cultural.

O segundo aspecto destacado por esse autor focaliza os ganhos obtidos pelos indivíduos em decorrência de sua participação nos grupos. É esta participação que lhes permite apropriar-se dos benefícios materiais e simbólicos que circulam entre os membros da rede.

Diretamente relacionada a essa apropriação está, em terceiro lugar, a reprodução do capital social, que é produto do trabalho necessário para produzir as redes de relações duráveis que podem proporcionar os benefícios materiais e simbólicos que circulam entre os membros da rede.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância do capital social para as diversas frações de classe, pelas possibilidades que sua participação em determinados grupos ou redes sociais lhes abrem, no sentido de aumentar o rendimento possível do seu capital social e de seus investimentos escolares, na forma de benefícios simbólicos (*status* ocupacional, por exemplo) ou na forma de benefícios salariais.

2.2.2 A dinâmica do capital social em Bourdieu

Bourdieu relaciona o capital social aos benefícios mediados pelas redes extrafamiliares e às lutas concorrenciais entre indivíduos ou grupos no interior de diferentes campos sociais. Portanto, as chances que os agentes têm de acumular ou de reproduzir capital social dependem de sua posição dentro do sistema de estratificação (Ortiz, 1983).

O autor em questão utiliza o conceito de campo para referir-se ao espaço no qual se manifestam relações de poder. Isto significa afirmar que os campos se estruturam a partir de uma distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição ocupada por um agente específico. Esse *quantum* é denominado de “*capital social*”. Os agentes que possuem um *quantum* de capital social reconhecido pelo grupo auferem os benefícios relativos às posições dominantes, enquanto aqueles que ingressaram recentemente em determinado campo, ou seja, que possuem um volume pequeno de capital social, ocupam as posições inferiores do campo.

Campo é, para Bourdieu (1997), um espaço de correlações de forças, lutas e conflitos, no interior do qual os agentes se enfrentam com meios e fins diferenciados conforme sua posição relativa na estrutura, o que por sua vez está relacionado ao seu interesse em conservá-la ou transformá-la. O que orienta as estratégias dos agentes é a posição que detêm no interior do campo; ali as ações são realizadas no sentido de um investimento em determinado tipo de capital, procurando sempre acumulá-lo o mais rapidamente possível.

O conceito de capital social do sociólogo francês é, assim, solidário com suas formulações sobre disposições duráveis (*habitus*). O *habitus* enfatiza a dimensão de um aprendizado passado que tende a conformar e a orientar a ação. É o sistema de esquemas para a elaboração de práticas concretas, ou esquemas estruturados, incorporados pelos agentes sob a forma de um senso prático que facilita sua orientação nos domínios relativos à existência social.

Na medida em que o *habitus* é produto das relações sociais, ele tende a assegurar a reprodução das mesmas relações objetivas que o engendraram. A interiorização pelos agentes de valores, normas e princípios sociais assegura a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade como um todo. A ação é guiada por uma razão prática, que é a lógica do senso prático, “*uma lógica*

em ação”, que permite ao agente “*agir quando necessário*” e lhe possibilita um conhecimento prático do mundo social (Ibid., p.50).

2.2.3 Capital social em Coleman

Coleman (1988) define o capital social pela sua função, considerando-o como uma variedade de diferentes entidades que compartilham aspectos das estruturas sociais que facilitam certas ações dos atores (pessoas ou grupos). Como as outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando possível a realização de certos fins que na sua ausência não seriam possíveis. Como o capital físico e o capital humano, o capital social não é completamente conversível em capital econômico, mas pode ser especialmente importante para certas atividades. Esta importância é de natureza variável, podendo uma determinada forma de capital social ser valiosa no sentido de facilitar certas ações ou inútil, ou mesmo prejudicial, para outras (Ibid., p.98).

Esse autor argumenta que o capital social não é um atributo dos indivíduos, mas um aspecto dependente do contexto e da estrutura social, isto é, inerente à estrutura das relações entre dois ou vários atores. Isto quer dizer que o capital social não está alojado nem nos próprios atores, nem nos instrumentos físicos de produção. Este tipo de capital só acontece nas relações entre as pessoas e por meio de trocas que facilitam a ação de indivíduos ou grupos. Relaciona esta descrição de capital social a uma definição funcionalista e associa o valor do capital social aos aspectos da estrutura social que atuam como recursos “*que os atores podem utilizar para alcançar seus interesses*” (Ibid., p.110).

Nessa perspectiva, o sociólogo americano especifica três aspectos da estrutura social: (i) as obrigações, as expectativas e a confiabilidade das estruturas; (ii) os canais de informação; e (iii) as normas e sanções efetivas. Tais aspectos influenciam a qualidade das relações formadas nos grupos sociais, facilitando, especialmente, o engajamento das pessoas na troca de recursos, na assistência mútua e na demonstração de empatia para com os interesses dos outros.

2.2.4 A dinâmica do capital social em Coleman

Ao destacar o aspecto funcional do capital social, Coleman constrói uma explicação sobre as fontes, mecanismos e resultados da formação deste tipo de capital. A explicação sobre como estes recursos são acessados, acumulados e postos para funcionar está baseada em aspectos valorativos, inerente aos grupos ou redes sociais, tais como as expectativas de reciprocidade entre seus membros, a execução das normas no grupo, a “*clausura*” ou fechamento das redes sociais e a adequação da organização social (Hogan e Owen, 2000).

Coleman (1988) procurou desenvolver uma teoria sociológica que inclui aspectos de tradições intelectuais da economia e da sociologia, respectivamente, da teoria da ação racional e da estrutura social. Ele aceita o princípio da ação racional e tenta mostrar como o mesmo, em conjunção com contextos sociais particulares, pode não somente ser responsável pelas ações dos indivíduos nas redes sociais privadas, mas também pelo desenvolvimento da organização social. Seu objetivo original era importar o princípio econômico da ação racional para a análise dos próprios sistemas sociais, incluindo o sistema econômico sem, entretanto, se limitar a ele ou descartar a organização social. Esta perspectiva comporta uma versão crítica às aceções radicalmente individualistas da teoria da ação racional (Ibid., p.97).

Em síntese, enquanto Bourdieu enfatiza os conflitos e as lutas concorrenciais entre indivíduos e grupos pelos diferentes espaços de poder, Coleman destaca os meios pelos quais os diferentes grupos sociais trabalham em conjunto e as relações de reciprocidade e de confiança entre seus membros. Provavelmente, as diferenças existentes entre estas duas perspectivas contêm, de maneira implícita, parte das razões que tanto levam Bourdieu a relativizar o papel da família na mobilização de capital social quanto levam Coleman a enfatizar as relações internas à família como uma das principais fontes de mobilização deste tipo de capital.

2.2.5 Capital social baseado na família

O conceito de capital social formulado por Bourdieu focaliza mais especificamente o papel das redes de relações sociais externas à família na mobilização e reprodução desse tipo de capital. Para Coleman, o que importa no capital social é menos o tamanho da rede e mais a qualidade de relações que nela se estabelecem, o que transforma a família em uma das redes chaves para a construção de capital social e torna este conceito mais pertinente para o objetivo desta pesquisa.

O sociólogo americano compartilha da perspectiva que aborda o papel das famílias na construção de capital social sob dois ângulos. O primeiro focaliza o papel das famílias na construção de capital social extrafamiliar, ou seja, em redes sociais fora do lar. O segundo ângulo examina a construção do capital social no interior das redes familiares e a importância disto para o desenvolvimento individual, especialmente para o desempenho escolar e cognitivo dos filhos. A segunda abordagem lança luz sobre os contextos tipicamente privados, informais, intensos e duráveis das relações familiares, nos quais acontecem as interações face a face.

Como parte dessa análise, Coleman (1988) examina os aspectos da vida familiar que parecem cruciais para o capital social. Especialmente importante para as medidas de capital social baseado na família é a força das relações entre pais e filhos, o que depende da “*presença física de adultos na família e da atenção dada pelos adultos às crianças*” (Ibid., p.110).

Em particular, o trabalho desse sociólogo mostra a importância do capital social dentro da família para a educação dos filhos. A presença do capital social é considerada vital para transferir o capital humano dos pais para os filhos: “*se o capital humano possuído pelos pais não é complementado pelo capital social enraizado nas relações familiares, o capital humano dos pais torna-se irrelevante para o crescimento educacional dos filhos*” (Ibid., p.111).

O exemplo a seguir ilustra o significado do que é e de como opera o capital social baseado na família, segundo Coleman. Investigações realizadas em um distrito educacional americano revelaram que famílias asiáticas compravam livros didáticos em duplicata, um dos quais era usado para o aprendizado das mães, com o propósito de melhor apoiar a escolarização dos filhos. Este é um caso no qual “o

capital humano dos pais, ao menos quando medido tradicionalmente como número de anos de escolaridade, é baixo, mas o capital social disponível na família para a educação dos filhos é extremamente alto” (Ibid., p.110).

É possível perceber, nesse exemplo, dois aspectos interessantes. O primeiro é que os filhos são afetados pelo capital humano possuído pelos pais; entretanto, se esse capital não for complementado pelo capital social incorporado nas relações familiares, ele pode ser irrisório para o crescimento educacional dos filhos. O segundo aspecto relevante está associado ao fato de que, para o sociólogo americano, o capital social não pode ser entendido apenas como o apoio recebido, uma vez que mobilizar a rede de apoio social é parte integrante deste conceito. No exemplo mencionado, as famílias asiáticas eram consideradas portadoras de capital social “*extremamente alto*”, porque o movimento para adquirir material didático suplementar mostra exatamente a mobilização da rede de apoio social. Isto representa muito mais que um simples apoio às tarefas escolares realizadas em casa.

2.3 Capital cultural em Bourdieu

Para Bourdieu (1979)³, a noção de capital cultural surge da necessidade de se compreender as desigualdades de desempenho escolar dos indivíduos oriundos de diferentes grupos sociais. Sua sociologia da educação se caracteriza, notadamente, pela diminuição do peso do fator econômico, em comparação ao peso do fator cultural, na explicação das desigualdades escolares. No seu entendimento, o capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, no estado objetivado e no estado institucionalizado.

No estado incorporado, dá-se sob a forma de disposições duráveis do organismo, tendo como principais elementos constitutivos os gostos, o domínio maior ou menor da língua culta e as informações sobre o mundo escolar. A acumulação desta forma de capital cultural demanda que sua incorporação seja feita mediante

³ O trabalho de BOURDIEU, P. “Les trois états du capital culturel” foi originalmente publicado na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 30:3-6, 1979. Aqui está sendo usado: BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) *Escritos de Educação*, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001, pp.73-79.

um trabalho de inculcação e assimilação. Este trabalho exige tempo e deve ser realizado pessoalmente pelo agente.

O capital cultural no seu estado incorporado constitui, assim, o componente do *background* familiar que atua de forma mais marcante na definição do futuro escolar dos descendentes, uma vez que as referências culturais, os conhecimentos considerados apropriados e legítimos e o domínio maior ou menor da língua culta trazida de casa (herança familiar) facilitam o aprendizado dos conteúdos e dos códigos escolares, funcionando como uma ponte entre o mundo da família e o da escola.

No estado objetivado, o capital cultural existe sob a forma de bens culturais, tais como esculturas, pinturas, livros, etc. Para possuir os bens econômicos na sua materialidade é necessário ter simplesmente capital econômico, o que se evidencia na compra de livros, por exemplo. Todavia, para apropriar-se simbolicamente destes bens é necessário possuir os instrumentos desta apropriação e os códigos necessários para decifrá-los, ou seja, é necessário possuir capital cultural no estado incorporado. No estado institucionalizado, o capital cultural materializa-se por meio dos diplomas escolares.

2.3.1 A dinâmica dos três estados do capital cultural

Acumulação e aquisição são aspectos da dinâmica do capital cultural que estão associados entre si. Para Bourdieu (Ibid., p.76), a acumulação inicial do capital cultural “*só começa desde a origem, sem atraso, sem perda de tempo, pelos membros das famílias dotadas de um forte capital cultural*”. Nestas famílias, o tempo de acumulação abarca praticamente todo o processo de socialização, o que significa um empreendimento prolongado de aquisição de capital cultural.

Quando o grupo familiar assegura a seus membros maior tempo livre, estes podem dilatar o empreendimento de aquisição de capital cultural, adiando, por exemplo, a entrada no mercado de trabalho.

No estado incorporado, o capital cultural “*não pode ser transmitido instantaneamente (...) por doação ou transmissão hereditária, por compra ou troca. Pode ser adquirido, de maneira totalmente dissimulada e inconsciente, e permanece marcado por suas condições primitivas de aquisição*” (Ibid., p.75). Deste modo, a internalização pressupõe um trabalho de inculcação e de

modo, a internalização pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação que exige investimentos de longa duração, para tornar essa forma de capital parte integrante da pessoa (*habitus*).

O capital cultural no estado objetivado é transmissível em sua materialidade (na forma de bens concretos), mas o que torna possível seu usufruto é o capital cultural incorporado. Se a posse material de determinados bens culturais pressupõe a posse de capital econômico, a apropriação simbólica desses bens culturais pressupõe a posse de capital cultural incorporado.

O capital cultural institucionalizado se dá basicamente sob a forma de títulos escolares. O grau de investimento na carreira escolar está vinculado ao retorno provável que se pode obter com o título escolar, notadamente no mercado de trabalho. Esse retorno, ou seja, o valor do título escolar pode ser alto ou baixo; quanto mais fácil o acesso a um título escolar, maior a tendência à sua desvalorização. É o que o sociólogo francês chama de “*inflação de títulos*”.

2.4 Coleman e o conceito de capital humano

A definição de Bourdieu de capital cultural institucionalizado guarda comunalidades com a definição de capital humano de Coleman. Este último considera que o capital humano é medido aproximadamente pelo nível de instrução das pessoas. No caso de famílias, este tipo de capital é potencialmente importante para proporcionar um ambiente cognitivo propício à aprendizagem escolar dos filhos.

Para construir e acumular capital humano, a pessoa também precisa investir recursos e tempo na educação escolar, de modo a colher seus benefícios, seja na forma de um emprego mais bem remunerado, seja para obter uma maior satisfação no trabalho ou pelo simples prazer de adquirir um entendimento maior do mundo circundante.

Para os objetivos desta pesquisa – investigar o potencial explicativo dos capitais econômico, social e cultural no aumento ou diminuição das chances de acesso a museus ou instituições culturais afins – o conceito de capital cultural elaborado por Bourdieu, mais amplo e complexo, terá maior centralidade que o conceito de capital humano de Coleman. A medida de capital cultural englobará aspectos que possam dar conta, principalmente de práticas familiares de mobilização de recursos

materiais e simbólicos junto aos filhos. Ou seja, escolaridade familiar (para Bourdieu, capital cultural institucionalizado e para Coleman, capital humano); disponibilidade de recursos educacionais/culturais familiar (capital cultural objetivado); e hábitos de leitura familiar (capital cultural incorporado). Estes pontos serão detalhados no capítulo seguinte que discutirá o desenho metodológico desta pesquisa.